

Diário do Legislativo de 16/06/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PTB-PMN-PR-PP)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco	BPS
Deputado André Quintão	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Mauri Torres	BSD
Deputado Wander Borges	BPS
Deputado Delvito Alves	BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
Deputado Paulo Guedes	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Ademir Lucas	BSD	
Deputado Wander Borges	BPS	

Deputado PDT
Doutor
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PMDB-PT-PcdoB

Deputada Maria Tereza PMDB-PT-PcdoB
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Sebastião
Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PRB
Gilberto
Abramo

Deputado BSD
Delvito
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Antônio PMDB-PT-PcdoB
Júlio

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Gláucia
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho
Araújo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Getúlio
Neiva

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Paulo
Guedes

Deputado BSD
Marcus
Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado PMDB-PT-PcdoB
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Adalclever
Lopes

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy DEM
Muniz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente

Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputada BPS
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PcdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Agostinho
Patrus Filho

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD

Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB-PT-PcdoB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio Souza Cruz

Deputado BSD
Luiz Humberto Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir Paraca

Deputado BSD
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PcdoB
Gomes

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio Souza Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente

Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Gil Pereira

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
André
Quintão

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BSD
João Leite

Deputado BSD
Duarte
Bechir

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PcdoB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria Tereza Lara

Deputado BPS
Rômulo Veneroso

Deputado PDT
Tenente Lúcio

Deputado BSD
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PcdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PCdoB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PMDB-PT-PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Marcus Pestana BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PcdoB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado Quintão André PMDB-PT-PcdoB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente
Djalma
Diniz

Deputado BSD
Marcus
Pestana

Deputado BSD
Dilzon Melo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT
Alencar da
Silveira Jr.

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró BSD

Marra3

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado BSD
Luiz Humberto Carneiro

Deputado PRB
Gilberto Abramo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado DEM
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PcdoB

Deputado Durval PMDB-PT-PcdoB
Ângelo

Deputado Dimas DEM
Fabiano

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATA

Ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 9/6/2010

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD) e os Deputados Carlos Mosconi e Doutor Ronaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e a debater a Lei Federal nº 9.797, de 6/5/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer, bem como sobre a importância de sua divulgação, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Francisco José Penna, Diretor da Faculdade de Medicina da UFMG, publicado no "Diário do Legislativo" de 6/5/2010; e da Sra. Gisele Bahia, Subsecretária de Vigilância em Saúde, publicado no "Diário do Legislativo" de 20/5/2010. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.230 no 1º turno, 4.525 e 4.565/2010 ambos em turno único (Deputado Fahim Sawan); 4.538 e 4.571/2010 ambos em turno único (Deputado Doutor Rinaldo Valério); e 4.563/2010 em turno único (Deputado Ruy Muniz). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.004/2009 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Doutor Ronaldo, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.422/2010 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ruy Muniz); 4.427 (relator: Deputado Doutor Rinaldo Valério); e 4.458/2010 (relator: Deputado Fahim Sawan), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.197 e 6.252/2010. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.320 e 4.328/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Ruy Muniz e Carlos Mosconi em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a prevenção do uso de drogas e o tratamento dos usuários, em especial no que se refere ao "crack"; Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para debater a reivindicação dos servidores médicos vinculados à Secretaria de Saúde. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Eder Lúcio de Souza, Diretor-Geral do Hospital Mário Penna; Paulo Afonso de Miranda, Diretor-Geral do Hospital Luxemburgo; Cássio Eduardo Rosa Resende, Superintendente-Geral do Instituto Mário Penna; Filipe Moura Moreira, Auditor-Médico do Instituto Mário Penna; Wagner Antônio Paz, Médico do Hospital Alberto Cavalcanti e Coordenador do Serviço de Mastologia do Hospital Mário Penna, representando a Fhemig; e as Sras. Andréa Maia Lage, Assessora Jurídica da Coordenação de Controle do Câncer da Mulher, representando Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; e Valenir Dias Machado Corrêa da Costa, Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Médicas e Psicóloga da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Ana Maria Resende, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente - Célio Moreira - Fahim Sawan - Doutor Rinaldo Valério.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/6/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008. (Urgência.) A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.615/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, que altera a destinação prevista para os imóveis a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona, e dá nova redação à Ordem 126, de seu anexo. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, que cria o Fundo Estadual de Habitação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fapemig a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.350/2010, do Deputado Sebastião Costa, que dispõe sobre ensino profissionalizante. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 309/2007, do Deputado Célio Moreira, que disciplina o "marketing" direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.004/2009, do Deputado Inácio Franco, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 15.018, de 15/1/2004. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e a promoção do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado, altera a Lei nº 11.726, de 30/12/94, e a Lei nº 12.398, de 12/12/96, e dá outras providências. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Grama. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.783/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.787/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.047/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 16/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.136/2010, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.256/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 16/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.087/2009, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.451/2010, da Deputada Rosângela Reis.

Requerimentos nºs 6.242 e 6.243/2010, do Deputado Jayro Lessa; 6.250/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 6.257/2010, do Deputado Weliton Prado; 6.259/2010, do Deputado Neider Moreira; 6.274/2010, do Deputado Ruy Muniz; e 6.302/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 16/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.249 e 6.275/2010, do Deputado Ruy Muniz; 6.258/2010, do Deputado Neider Moreira; 6.260/2010, do Deputado Jayro Lessa; 6.272/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 6.303/2010, do Deputado Ademir Lucas; 6.313/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 16/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 16/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.448 e 4.450/2010, do Deputado Gustavo Valadares.

Requerimento nº 6.276/2010, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 16/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.460/2010, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.241/2010, do Deputado Doutor Viana; 6.262/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 6.316/2010, do Deputado Carlin Moura; 6.323/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 16/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.325/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 16/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.578/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimento nº 6.256/2010, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 16/6/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica; 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; 4.615/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o direcionamento estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre a afixação, nas recepções de hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 309/2007, do Deputado Célio Moreira, que disciplina o "marketing" direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona; 3.004/2009, do Deputado Inácio Franco, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 15.018, de 15/1/2004; 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e a promoção do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado e altera as Leis nºs 11.726, de 30/12/94, e 12.398, de 12/12/96; 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006; 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixio a área que especifica; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica; 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica; 3.783/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.785/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.787/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica; 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica; 4.047/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica; 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008; 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica; 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica; 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica; 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica; 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica; 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica; 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências; 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica; 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica; 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007; 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica; 4.350/2010, do Deputado Sebastião Costa, que dispõe sobre ensino profissionalizante; e 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Funapec -; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de junho de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2010

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Gustavo Valadares, João Leite e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/2010, às 11 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2010.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/2010, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública, a vitimização dos servidores da área de segurança pública do Estado em razão de suas atividades profissionais; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2010.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, Duarte Bechir e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/2010, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública com a presença de convidados, os resultados da Conferência Nacional de Comunicação, realizada em Brasília, no período de 14 a 17 de dezembro de 2009; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2010.

André Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/2010, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2010.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública, com convidados, a ser realizada em 16/6/2010, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de enaltecer o Diretório da Faculdade de Direito do Sul de Minas, com sede no Município de Pouso Alegre, pelos 50 anos de sua criação, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2010.

Ruy Muniz, Presidente.

tramitação de proposições

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.578/2010

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Proprietários do Portal dos Pássaros, com sede no Município de Extrema.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.578/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Proprietários do Portal dos Pássaros, com sede no Município de Extrema, entidade sem fins econômicos que tem por objetivo central a melhoria das condições de habitabilidade das comunidades em que atua. Para isso, a entidade exerce atividades voltadas à melhoria das condições de habitação da população; solicita providências perante o poder público em questões relativas à infraestrutura, à energia elétrica, à segurança, à manutenção de vias, entre outros; estimula a cooperação mútua entre os associados e promove atividades sociais.

Considerando que a instituição atua na promoção da melhoria da qualidade de vida da comunidade beneficiária, executando trabalho social, acreditamos ser merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.578/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2010.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

45ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 9/6/2010

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, depois de algum tempo volto a esta tribuna com uma grande preocupação neste momento de início de campanhas eleitorais, tanto em nível estadual quanto federal. Lembro-me muito bem de que, há cerca de dois anos, anunciamos a preocupação do cidadão Getúlio Neiva com o andamento do processo administrativo no Brasil, sobretudo com a priorização que se deve ou não fazer deste ou daquele setor.

Nos últimos dias tenho visto na televisão que a preocupação que eu tinha há dois anos se reacende agora quando se iniciam os debates, ainda que informais ou apenas noticiosos, a respeito do futuro do Brasil. Sr. Presidente, vejo com muita preocupação que os candidatos à Presidência da República, os três mais destacados, a Marina, o Serra e a Dilma, nenhum deles está tocando nos assuntos que são mais profundos. Essa é a preocupação dos pensadores, dos estudiosos, dos economistas e dos próprios jornalistas que realmente se importam com o País quando este fica sendo iludido com essa história de PAC - o PAC que empacou -, sem que haja um empenho objetivo e lógico com a questão do desenvolvimento do País. Nesta semana especialmente, a preocupação é deter o crescimento do Brasil, não permitir o crescimento do País. Por que essa preocupação tão exacerbada de não permitir que o Brasil cresça só porque cresceu no primeiro trimestre 9%?

Há dois anos eu falava da inveja que eu tinha da Argentina, que crescia 7, 8 e 9 por cento; da China, que crescia 11, 12 por cento; e da Índia, que crescia 9, 10 por cento. E nós, agora, com essa preocupação estúpida com o crescimento. Não podemos crescer. É preciso manter essa taxa de crescimento de 3%, 3,5%, 2,3% no princípio do mandato do Lula. Ficamos aqui nos perguntando se o procedimento dos candidatos está correto, se eles estão, de fato, tentando discutir o que está acontecendo com o Brasil. Como eu disse há dois anos, o Brasil está condenado a não crescer, a não se desenvolver. Uma simples bolha de crescimento no primeiro trimestre deste ano, comparado ao miserável ano passado, assusta a todos porque o País cresceu 9% no primeiro trimestre.

Mas assusta por que, Sr. Presidente? Pela falta de infraestrutura que houve ao longo desses anos todos. O "apagão" portuário já está revelado, o "apagão" rodoviário já está mais que escancarado com as BRs intransitáveis, obras de última hora, um recapeamento aqui, outro ali, asfalto e duplicação aqui e ali. Deputado João Leite, não se faz estrada de ferro neste país. Não se constrói estrada de ferro para exportar os produtos minerários que temos nas várias regiões de Minas e no Brasil. Não há preocupação com a questão portuária. Ficamos enaltecendo o Brasil porque ele conseguiu construir um petroleiro. É claro, está refazendo sua frota, criando estaleiros, tudo bem, mas, infelizmente, por não nos preocuparmos com a infraestrutura do País, não podemos ter a felicidade de garantir uma taxa de crescimento maior, na velocidade das transformações do mundo moderno - da informática, da robótica, da cibernética -, essa velocidade que o mundo experimenta e que a China está usando à exaustão, crescendo a taxas altíssimas.

Essa alegria que estamos tendo agora, em razão do desastre do ano passado, em razão da crise internacional, essa pequena alegria de um crescimento de 9% no primeiro semestre já está sendo toldada em nível de discussão nacional. Todos estão preocupados. A Dilma tenta justificar dizendo que o País não pode crescer muito, que é preciso dar um jeito; o Serra também dá uma escorregada, e a Marina não fala nada sobre o assunto, pois só pensa na ecologia, no meio ambiente. E nós aqui estamos há vários anos discutindo esse assunto, mostrando que não é possível que o governo federal não consiga construir estradas de ferro, pavimentar ou repavimentar, pelo menos, as rodovias existentes. Em Minas foram feitos 5.600km de estradas no Processo - e, segunda-feira, assina-se a ordem de serviço dos Links Faltantes, com mais de 6.000km no Estado. Não conseguimos apurar se há 1.000km de estrada federal nova feita neste Brasil.

Então, minha preocupação não é política, partidária, deste ou daquele candidato, é preocupação como brasileiro. Se não tivermos estradas de ferro, estradas de rodagem, portos, aeroportos, se não houver infraestrutura necessária ao crescimento, ficaremos preocupados toda vez que houver um pequeno crescimento.

Sr. Presidente, caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, vejo essa preocupação nos debates aos quais assisto pela TV a cabo, onde acontecem de forma mais ampla. Sinto a preocupação, especialmente dos jornalistas, de perguntar à classe política sobre o que será feito para que a infraestrutura possibilite o crescimento harmônico deste país, o que faremos para agregar ao mercado de trabalho os quase 18% de brasileiros desempregados, o que faremos para erradicar totalmente a pobreza, não no limite de meio salário mínimo por família, como os órgãos internacionais defendem, que é a necessidade de uma família receber pelo menos meio salário mínimo. Isso é um absurdo. Não podemos viver da esmola do Bolsa Família eternamente. Temos de gerar empregos neste país, devemos propiciar ao Brasil o crescimento.

Vim aqui para falar exatamente disso. Como conseguimos fazer 5.600km de estrada de ligação dos nossos Municípios, o chamado Processo? Como conseguiremos lançar o projeto dos Links Faltantes, das ligações faltantes, com quase 6.000km em Minas Gerais, na segunda-feira, sem haver essa preocupação por parte do governo federal? Não estou aqui para criticar o governo Lula.

Estamos há quase oito anos nos preocupando muito pouco com as estradas de ferro. É preciso despertar a consciência nacional. Sobretudo nós, parlamentares, devemos encaminhar os assuntos das nossas regiões e mostrar, por exemplo, que o Vale do Mucuri, o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas só poderão desenvolver-se e aproveitar suas maravilhosas riquezas minerais se a estrada de ferro for prioridade.

Que se estude desde já a navegabilidade do Rio Jequitinhonha, onde duas grandes barragens foram feitas sem eclusas. A baita Barragem de Irapé está lá, mas não tem eclusa; a baita Barragem de Itapebi está lá, mas não tem eclusa. Não se está preocupando com o futuro.

Digo aos companheiros, amigos, Vereadores e Prefeitos nas viagens que tenho feito de forma intensa nos últimos dias que o bom político não é aquele que resolve apenas o problema de arrumar um dinheirinho para fazer rede de esgoto ou de água, calçar uma rua ou fazer um prédio para o posto de saúde. O bom político é aquele que pelo menos reserva parte do seu tempo para se preocupar com as grandes questões nacionais e colocar em debate aquilo que o povo está sentindo na própria pele. Estamos num momento de quase anestesia nacional. Não há como despertar a população para pensar profundamente no processo de desenvolvimento se nós, políticos, não dedicarmos pelo menos parte do nosso tempo para a discussão de grandes projetos, grandes metas, mudanças profundas, processos de verdadeira transformação. Num País continental, gigantesco, como o Brasil, especialmente em regiões como a nossa, estamos descobrindo jazidas abundantes de manganês, níquel, estanho, chumbo, caulim, calcário, grafite e minério de ferro, as quais são do tamanho do Quadrilátero Ferrífero. As empresas estão-se organizando, a exploração começa ano que vem. Continuaremos transportando o nosso granito por caminhão ou continuaremos a fazer como o governo, que colocou uma balança na estrada de Água Boa para não permitir que o granito passe pelo Processo? Na estrada de Águas Formosas e Pavão também foi colocada outra balança para impedir o transporte do granito que produzimos.

Será que nossa estagnação econômica será determinada pela falta de ação governamental, pela falta de visão dos governantes? Aquela região já teve uma estrada de ferro funcionando até 1967, eliminada pelo governo da ditadura. E agora, na democracia, não podemos imaginar a essencialidade de uma estrada de ferro para a questão minerária de uma região rica como o Jequitinhonha e o Mucuri? Mas sobre essa terra

rica vive uma população pobre, carente e deficiente, que precisa muito da ajuda do governo.

Aproveito, Sr. Presidente, para agradecer ao governo Aécio Neves, continuado pelo Anastasia, que, em 2003, prometeu que, para cada R\$1,00 aplicado no restante do Estado, seriam aplicados R\$2,00 naquela região. Enganaram-se e acabaram aplicando R\$3,00 para cada R\$1,00 investido no restante do Estado.

Lamento muito, Sr. Presidente, tocar nesse assunto, mas é preciso que alguém fale a respeito. É por isso que fico muito feliz, por conceder aparte ao nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que, como eu, tem essa mesma preocupação.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Getúlio Neiva. Parabéns-o pela grandeza do seu pronunciamento. Tenho certeza absoluta de que ele traduz, acima de tudo, o pensamento não só do ilustre parlamentar, mas o de todos os pares.

Temos de refletir sobre os projetos mais importantes para o Brasil. O pensamento de V. Exa. nos remete às ações significativas do governo federal, às linhas férreas, à navegabilidade. Caríssimo Deputado Getúlio Neiva, mesmo não sendo competência da Assembleia Legislativa, apresentamos requerimento para discutir a navegabilidade do Lago de Furnas, esquecido pelo governo federal.

Com certeza poderemos ter meios de transporte que tornem mais barato o custo de produção, principalmente para o Sul de Minas. Isso é o que V. Exa. também quer para o seu Vale do Jequitinhonha, que tão bem representa. É necessário, sim. Neste momento, estava pensando em tratarmos disso com letras maiúsculas. V. Exa. tem grande experiência como Prefeito, parlamentar e Secretário de Estado. Diante disso, indago-lhe: por que não iniciarmos uma ação, com todos os parlamentares, para impulsionar os projetos maiores para o Brasil, aqueles que estão engavetados? Isso seria necessário para acelerar o desenvolvimento, como bem cita o ilustre parlamentar. Seu pronunciamento ficará registrado nos anais desta Casa. Essa reflexão é importante, assim como o é um chamamento de Minas, que sempre está pronta e à frente de tudo para que o governo federal tome iniciativa, diga que o Brasil é grande e que necessitamos de projetos que garantam o desenvolvimento a que almejamos e de que precisamos. Parabéns pelo extraordinário pronunciamento!

O Deputado Getúlio Neiva - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Veja a minha preocupação. Nesta semana o Congresso Nacional está discutindo a possibilidade de aproveitamento, para a navegação, de um trecho de 700km de um rio da Amazônia, que, ao longo de 350km, já é navegável, ou seja, já é utilizado para a navegação. Como passa por uma reserva indígena, não se pode fazer a navegação dos outros 700km. Como será feito transporte na Amazônia se não houver navegabilidade naqueles rios volumosos e maravilhosos que temos lá? Não estou entendendo o que está acontecendo neste país. Pensou-se, única e exclusivamente, no imediatismo, ou seja, na solução dos casos de agora, de hoje. Não se pensou, um mínimo sequer, no futuro da Pátria. Não se está percebendo que, no ano que vem, o próximo Presidente da República, seja ele quem for, enfrentará o apagão aéreo, portuário, rodoviário e ferroviário. Se isso acontecer, o País não poderá crescer nem gerar os empregos de que necessita o nosso povo. O prazo que tenho para falar agora é pequeno demais para tratar de um assunto tão importante. Prometemos voltar a falar sobre ele com a sua colaboração, Deputado, a fim de mostrarmos ao Brasil que, neste Estado libertário que sempre cuidou das grandes causas nacionais, os Deputados da Assembleia de Minas não ficarão calados diante de uma situação de paralisia de pensamento, pois é grande nosso sentimento de brasilidade e de vontade de promover ações objetivas no intuito de construir o futuro desta pátria. O Brasil não merece isso.

Sr. Presidente, apenas tocamos nesse assunto. Perdoe-me por estender a minha fala, pois o meu tempo já se esgotou. Viajei de helicóptero com o Governador Anastasia pela nossa região e fui mostrando-lhe as jazidas, mostrando onde há chumbo, níquel, minério de ferro. Ele decidiu pedir à Secretaria de Desenvolvimento que elabore um projeto de parceria público-privada para a construção da estrada de ferro para transportar os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Estou preocupado. Quem será o Presidente? Se tivermos essa mesma obliteração mental em relação ao... Diante do que vemos até agora, não teremos a estrada de ferro, pois é necessária autorização do governo federal. Portanto essa é a minha preocupação. Estamos trabalhando e lutando. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, eu, V. Exa. e todos os nossos companheiros devemos começar a bater nessa tecla a partir de agora. As eleições vêm aí. A TV Assembleia vem ouvindo o Estado inteiro. Temos de passar ao nosso povo um pouquinho de preocupação, temos de pensar naquilo que faremos nas próximas eleições. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de fazer, nesta tarde, um relato da visita que o Governador Antonio Anastasia fez ao Sul de Minas na semana passada, exatamente na sexta-feira e no sábado. O Governador visitou as cidades de Andradadas e de Poços de Caldas na sexta-feira, quando recebeu o título de cidadão honorário. No sábado, visitou Santa Rita de Caldas, onde inaugurou um conjunto de casas populares, da Cohab, do governo do Estado. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que aqui está, acompanhou essa visita do Governador Antonio Anastasia. Fico muito satisfeito, Sr. Presidente, em trazer tal informação a esta Casa, uma vez que a visita foi extremamente importante. O Governador foi recebido muito calorosamente, muito cordialmente e com muita hospitalidade em todas essas cidades. Todos reconhecem seu trabalho, agora como Governador, mas que naturalmente vem de tempos, desde o primeiro mandato do ex-Governador Aécio Neves, quando Anastasia assumiu a Secretaria de Estado de Defesa Social e depois se tornou Vice-Governador. Ele já realizou obras nesses três Municípios e já possui amplo conhecimento acerca das lideranças dessas cidades. As visitas foram acompanhadas praticamente pela totalidade dos Prefeitos daquela região, chamada de região da Associação dos Municípios do Rio Pardo - Amarpe -, e de outras áreas vizinhas. Os Prefeitos o acompanharam independentemente de conotação partidária, fizeram questão de cumprimentá-lo, de parabenizá-lo pelo trabalho excepcional que tem feito à frente do governo de Minas Gerais e pela atenção que esse governo tem dado àquela região. Isso ficou muito evidenciado nas palavras das lideranças da região. Muitos citaram obras realizadas, especificamente nos três Municípios, naturalmente com repercussão positiva, como no caso do gasoduto, uma obra de R\$150.000.000,00, cujo investimento foi do governo do Estado, o qual chega a Jacutinga e vai até Andradadas e Poços de Caldas e, ainda, tem um braço estendendo-se para a cidade de Caldas. Naturalmente esse é o primeiro passo. Uma obra dessa dimensão e desse porte trará enorme benefício para todo o Sul de Minas e poderá mudar o perfil de desenvolvimento da região.

Em Andradadas, caro Presidente e Srs. Deputados, o Governador, ainda que em dia de semana e no período da tarde, recebeu o título, de forma marcante, em uma bela sessão solene da Câmara de Vereadores, realizada nas dependências da sede social do Clube Rio Branco, local amplo, que ficou totalmente lotado pela comunidade andradadense e pela sociedade. O Governador foi muito bem recebido pelo Presidente da Câmara, por todos os Vereadores que ali estavam e pelo Prefeito de Andradadas, que o acolheu da forma mais cordial possível. Tudo foi muito interessante. Ele demonstrou todo o apreço que tem pela cidade e anunciou, como o Deputado Dalmo Ribeiro Silva presenciou, a autorização para início das obras do contorno de Andradadas. Essa é uma obra prioritária, da maior importância, não tão extensa, vamos dizer assim - são cerca de 7,5km, 8km -, mas que retirará o trânsito, o tráfego pesado de caminhões e carretas, que traz problemas para a infraestrutura da cidade. Felizmente essa obra, que terá início em breve, dará conforto à nossa cidade de Andradadas.

Depois, o Governador dirigiu-se à cidade de Poços de Caldas, onde, em sessão solene da Câmara dos Vereadores, no Cenario, recebeu o título de cidadão honorário. Estavam presentes as autoridades do Município, o Prefeito, parlamentares e Prefeitos de toda a região. A solenidade comemorou os 20 anos da Constituição do Município, e o Governador se recordou do seu trabalho quando foi relator e auxiliou nos trabalhos que deram origem a essa lei tão importante para o Município e que permanece inalterada. Em seguida, assistiu ao espetáculo "Sinfonia das Águas", marca registrada da cidade. O espetáculo musical é muito interessante, feito em um cenário bellissimo no pátio externo do Palace Hotel, com a Orquestra Sinfônica de Poços de Caldas, e se transformou em ícone do turismo da cidade. Encontram-se presentes neste Plenário o Prefeito de Poços de Caldas, Paulo César Silva, Paulinho Couro Minas, e o Secretário de Defesa Social, Sérgio Krizizanski. É uma satisfação recebê-los nas dependências da Assembleia Legislativa. Tenho a felicidade, o prazer e a honra de representar Poços de Caldas nesta Casa e fico muito feliz com a presença do Prefeito, uma grande liderança na cidade e que faz uma administração exemplar, apesar do pouco tempo de

mandato. Já tem o reconhecimento da população por ser dinâmico, trabalhador e correto. Digo sempre que é muito boa pessoa, é uma sorte lhe dar uma mão frequentemente. Ele sabe usufruir da sua característica, mas o que sobressai nele é sua condição para o trabalho, a vontade de acertar e atender a população de Poços de Caldas. Estou muito feliz com a presença de V. Exas. Daqui a pouco nos reuniremos em meu gabinete.

No dia seguinte, dirigimo-nos à cidade de Santa Rita de Caldas para inauguração de casas populares. O Prefeito Geraldinho empenhou-se muito para que isso pudesse acontecer, visitamos um conjunto de 50 casas muito bem feitas, com toda infraestrutura pronta, as ruas asfaltadas e as casas ajardinadas. Lá estavam presentes o Secretário de Desenvolvimento Regional Urbano, ex-Prefeito de Poços de Caldas, Sebastião Navarro, ex-Deputado desta Casa por muito tempo, que faz excelente trabalho à frente da sua Secretaria, com o Presidente da Cohab, Mauro, de Varginha, e toda a sua equipe da Cohab. A cerimônia foi belíssima, apesar do dia nublado e frio. Ficou evidenciada a beleza da estrutura oferecida à cidade de Santa Rita de Caldas pelo seu Prefeito, pela Sedru e pelo governo do Estado. O Governador manifestou sua alegria em visitar a cidade e inaugurou uma obra daquela dimensão, que trará muitos benefícios à cidade.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Não poderia deixar de parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento, nem de parabenizar o Sul de Minas por, mais uma vez, recepcionar a figura ilustre do nosso Governador Anastasia. Aliás, o Governador tem ido constantemente ao Sul de Minas e a Poços de Caldas, usufruindo da beleza das suas águas e da hospitalidade do povo da nossa terra. V. Exa. assinala bem que, quando vai ao Sul de Minas, sempre leva boas novas. Quanto ao contorno de Andradas, ao qual o Deputado acaba de fazer referência, tenho certeza absoluta de que o seu trabalho, o da Prefeita Margot e o de todos aqueles que quiseram trabalhar nesse segmento foi importante. Diz-se o mesmo em relação às cidades de Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas.

Quero homenagear o Prefeito Geraldo, de Santa Rita de Caldas, e a Câmara Municipal. Desde o primeiro momento, tive o prazer de acompanhar todo o projeto que V. Exa. descreve, a maravilha do Conjunto Habitacional São Geraldo. Hoje, ele está todo preparado, com asfalto e energia. Sem dúvida alguma, isso faz com que o gestor público, o governo estadual, junto aos Deputados e a todos aqueles que buscam qualidade de vida para a nossa região, ofereça uma vida melhor aos munícipes. Mais uma vez, manifesto minha grande alegria, visto que as cidades do Sul de Minas foram presenteadas com a visita do nosso Governador. Parabéns.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço-lhe o aparte, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Desde o início do meu pronunciamento, fiz questão de salientar a presença de V. Exa., não apenas neste momento, mas também em todo o trabalho que envolveu a realização dessas obras, que estão sendo liberadas pelo governo de Minas. Eu e toda nossa região reconhecemos esse trabalho. Meu caro Presidente, ao encerrar minhas palavras, quero ressaltar minha alegria pela presença do Governador naquela região e cumprimentar o Fernando Perez, Presidente da Câmara de Andradas, pela belíssima reunião que organizou com os seus pares. A Câmara, os Vereadores e o Prefeito Ademir Perez receberam, independentemente de questão partidária ou política, o nosso Governador, da forma mais hospitaleira possível. Aliás, esse é um hábito da nossa gente de Andradas e de todo o Sul de Minas. Gostaria de cumprimentar também o Vereador Marcos Togni, Presidente da Câmara de Poços de Caldas, e todos os seus pares. Quero ainda manifestar minha alegria pela presença da ex-Prefeita Margot, que, como disse o Deputado Dalmo, participou das reuniões realizadas em Andradas, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas. Creio que receber o Governador foi um momento de realização e alegria para todos, pois ele possui um enorme prestígio na cidade e na região. Sem dúvida alguma, a presença do governo é muito forte nessa região, pois obras de grande importância foram realizadas lá, e outras ainda o serão. Cumprimento o Prefeito Geraldo, de Santa Rita de Caldas, a Câmara de Vereadores e o povo da cidade pela inauguração de uma belíssima obra. Isso era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a atenção de V.Exa. e de meus pares.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, neste início, por deferência ao Deputado Arlen Santiago, concedo-lhe aparte, já que não foi possível registrar seu pronunciamento como orador inscrito no horário devido.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado André Quintão. Gostaria de fazer uma comunicação a respeito de situações que estão acontecendo na cidade de Coração de Jesus. Lá estamos vendo hospitais e postos de saúde fechados, estradas acabadas, enfim, uma situação dramática. O Prefeito já foi cassado pela Justiça local, pelo TRE e, por meio de liminares, se mantém no cargo. A população, bastante ansiosa, fez uma movimentação pacífica dentro da Câmara, porque alguns Vereadores leais ao Prefeito queriam buscar maneiras de cassar o Vereador Jucão, da Oposição. Agora, vemos a demissão de 400 funcionários da Prefeitura. O povo de Coração de Jesus está sofrendo bastante. A cidade está feia. Não tivemos a nossa tão querida festa de vaquejada. Então, neste momento, Coração de Jesus encontra-se bastante triste.

Quereria agradecer, mais uma vez, Deputado André Quintão, a oportunidade e dizer que, na segunda-feira, às 10 horas, o Governador Anastasia lançará os "links" faltantes. Esses "links" faltantes são ligações que ficaram faltando depois do Processo, programa que está asfaltando todas as estradas de Minas Gerais.

Por exemplo, Coração de Jesus até Ponte do Cigano, no Rio Pacuí, 18km - a outra parte ficou pronta. O projeto está pronto, e poderá ser lançada agora a licitação da obra. E há uma série de outras obras, como em Rio Pardo, Santo Antônio do Retiro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Pedras de Maria da Cruz a São Francisco, São Francisco a São Romão, São Romão a Ibiaí, que deixarão o Norte de Minas e o povo de Coração de Jesus felizes. Muito obrigado, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Deputado Arlen Santiago. Esperamos também que o trecho em Igitatu, próximo ao Distrito de Lelivéldia, e o de Berilo até Virgem da Lapa também estejam incluídos nesses projetos.

Sr. Presidente, registro que a Assembleia realizou, nesta semana, debate público e audiência pública, que tivemos oportunidade de acompanhar - no caso do debate público, como proponente -, muito importantes, que merecem reflexão desta Casa. A primeira questão diz respeito a reivindicação de movimento, que hoje é nacional, pela inclusão dos catadores de materiais recicláveis no Regime Especial da Previdência Social. Hoje há quase um milhão de catadores de materiais recicláveis no Brasil, profissão reconhecida no Código Brasileiro de Ocupações. Trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem e da coleta seletiva propiciam melhor condição de vida, principalmente em médias e grandes cidades. São verdadeiros agentes da coleta seletiva, que conjugam muito bem o trabalho de coleta, tratamento e reciclagem do resíduo sólido com a questão social, porque são seres humanos que têm fonte de renda no exercício da atividade da catção de materiais recicláveis. Esse trabalho reduz o encaminhamento do resíduo sólido para os aterros e o recebimento desses resíduos, ampliando a vida útil dos equipamentos.

Infelizmente, em Minas Gerais, há ainda centenas de Municípios que convivem com os chamados lixões. É importante haver trabalho para erradicar os lixões em Minas Gerais, assim como termos aterros controlados e aterros sanitários. Essas pessoas, que ganham a vida, o pão por meio desse trabalho cotidiano, têm-se organizado em associações e cooperativas e hoje são reconhecidas profissionalmente, mas não têm ainda o acesso garantido, em condições especiais, à Previdência Social. Portanto, estão privadas de benefícios e mecanismos que assegurem vida melhor, principalmente depois de 30 anos de trabalho.

Sabemos que os catadores de materiais recicláveis, pela natureza da atividade, têm dificuldade de vinculação como autônomos à Previdência, pois têm de pagar 20% do salário mínimo - valor muito pesado para a renda que os catadores recebem. Há proposta para que sejam incluídos, assim como o trabalhador rural e o pescador artesanal, no regime especial, para terem direito à aposentadoria e à licença médica, para que a

mulher tenha licença-maternidade garantida - benefícios que o trabalhador brasileiro tem.

Fizemos aqui importante debate público. Minas Gerais hoje está quase coordenando esse processo, por meio do Fórum Estadual Lixo e Cidadania e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Então é muito importante que essa proposta, que será entregue à Comissão de Legislação Participativa do Congresso Nacional, tramite com urgência, para que esses catadores de materiais recicláveis - repito, quase um milhão em nosso país - tenham a dignidade humana reconhecida. Propusemos esse debate público e recolhemos sugestões. É trabalho realizado com várias parcerias - universidades, Ministério Público, Asmare e outras entidades e associações dos próprios catadores, o movimento nacional, o Insea, ou seja, um conjunto de órgãos e instituições na nossa Comissão de Participação Popular -, o que resultou em minuta de projeto de lei de iniciativa popular que será entregue à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

Então, toda luta, toda força e todo o nosso apoio e solidariedade aos catadores de materiais recicláveis para que tenham o direito previdenciário garantido, compatível com o tipo de atividade que exercem e com o padrão de renda que auferem.

Outra audiência pública, Sr. Presidente, requerida pelo Deputado Carlin Moura em comum acordo conosco e com o Deputado Padre João, na Comissão de Educação desta Casa, tratou de uma luta muito importante, travada hoje no Médio e no Baixo Jequitinhonha. Trata-se do esforço da Escola Família Agrícola Bontempo, de Itaobim, para continuar funcionando num terreno que havia sido disponibilizado em regime de comodato por uma fundação. Sabemos que a educação rural cumpre hoje um importante papel, por meio das escolas famílias agrícolas, para garantir educação de qualidade, permanência e qualificação profissional dirigida e vocacionada para a agricultura familiar. Tenho conhecimento de que hoje essa escola família agrícola, até por ter presença ativa na região, tem mais de 120 alunos. São jovens que sonham com a conclusão do ensino fundamental e médio, em ter um curso superior ou um curso técnico. Hoje, por uma pendência jurídica em relação à Fundação para o Desenvolvimento da Educação, essa escola está correndo o risco de ter sua atividade interrompida. Então, discutimos a importância da continuação do funcionamento dessa escola família agrícola. Uma região como a do Jequitinhonha demanda a formação, cada vez maior, de jovens para o presente, jovens tecnicamente bem-formados, jovens que possam concluir o ensino médio com o pé no ensino superior, jovens que desejem ficar em sua própria região, jovens que não precisem migrar definitivamente para outras cidades ou que precisem temporariamente cortar cana ou apanhar café em outros Estados brasileiros, jovens que desejem ter oportunidade de construir sua independência profissional e realizar em plenitude os seus dons e suas vocações onde as suas raízes culturais e familiares estão fincadas.

Por isso o nosso apoio é muito importante, para que seja garantida a permanência da escola com essa destinação e com essa finalidade, por meio de negociação ou no limite de uma ação de desapropriação do governo do Estado do terreno utilizado há vários anos - quase uma década - pela Escola Família Agrícola Bontempo, de Itaobim. Hoje, em audiência, tudo isso foi muito exposto. A mobilização é muito intensa na região. Trata-se de uma mobilização que envolve mais de 20 Municípios. São centenas de famílias que acreditam ter nessa escola a possibilidade de realização dos sonhos dos jovens. Por isso reiteramos o nosso esforço para que, por meio de negociação, cheguemos a um acordo com a disponibilização desse terreno e uma compensação para quem detém o direito à propriedade. Também é importante sensibilizarmos o Judiciário - há uma ação nessa instituição - para que nenhuma medida seja tomada antes da tentativa de conciliação entre as partes. Apresentamos requerimentos para que o Tribunal de Justiça promova uma tentativa de conciliação.

Vamos, em comissão, ao Presidente do Tribunal de Justiça buscar esta sensibilização. Encaminhamos ao Governador do Estado proposição para que o Estado também assuma essa bandeira como sua, pois a educação, no plano do ensino médio, é de responsabilidade do governo do Estado, e garantir condições para o funcionamento das escolas famílias agrícolas é também sua obrigação. Hoje ficamos sensibilizados ao ouvir os depoimentos emocionados de alunos e familiares, de muitas pessoas que saíram do Baixo e do Médio Jequitinhonha para vir até a Assembleia Legislativa, lotando uma audiência pública muito produtiva, da qual certamente sairão desdobramentos efetivos para a garantia da permanência da Escola Família Agrícola Bontempo, que cumpre papel relevante em toda a região do Baixo e do Médio Jequitinhonha.

Sabemos que o Brasil está vivendo momento de expansão no seu crescimento econômico. Em época de Copa do Mundo, hoje tivemos boa notícia: o Brasil é campeão em crescimento econômico. O governo Lula marcou gol de placa: PIB de 9%, PIB recorde, com ritmo chinês de crescimento. Mas, para sustentar esse crescimento, é preciso investir cada vez mais na qualificação profissional, na preparação técnica, no oferecimento de pessoal qualificado que sustente esse projeto. No caso do Baixo, do Médio e também do Alto Jequitinhonha, sabemos que elevar o nível de permanência no ensino médio, no tecnológico e no superior, ampliar as oportunidades da juventude e qualificar com muito zelo a mão de obra e as pessoas daquela região pode significar aporte importante ao desenvolvimento, principalmente a desenvolvimento que respeite as características da região, que tem forte vocação para a agricultura familiar. Hoje essa agricultura vem tendo grande apoio do governo federal, com a ampliação dos recursos do Pronaf e com a Lei nº 11.947, que garante, no mínimo, 30% da alimentação escolar vinculados à agricultura familiar. Serão necessários, então, técnicos e profissionais muito bem-preparados. Este é exatamente o papel das escolas famílias agrícolas: preparação e qualificação de jovens para o desenvolvimento da agricultura familiar. Elas cumprem relevante serviço em todo o Estado.

Portanto, Sr. Presidente, fico aqui renovado em nossa luta cotidiana, porque os exemplos dos catadores de material reciclável e das escolas famílias agrícolas revelam o quanto a cidadania tem avançado em nosso país. Fico mais feliz ainda porque hoje a Assembleia Legislativa é parceira firme nessa caminhada. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Saúdo a todos e a todas. Tenho em mãos ofício que recebemos do Sr. José Antônio Corrêa Coimbra, Chefe do Gabinete do Ministro de Minas e Energia. Solicitamos ao Ministério e à Aneel que respondessem às informações em relação à Indicação nº 5.677/2009, do Deputado Federal Elismar Prado, a respeito do eventual ressarcimento em virtude dos impactos negativos causados pela metodologia do reajuste tarifário, justamente os erros feitos no cálculo para definir os valores da tarifa de energia. Foi feita CPI, de que foi membro o Deputado Federal Elismar Prado, e ela registrou prejuízos sofridos pelos consumidores das concessionárias de energia em torno de R\$7.000.000.000,00.

Então, para mim, não foi erro na metodologia, foi roubo mesmo; fizeram os cálculos totalmente equivocados, não favorecendo o consumidor, mas favorecendo as companhias de energia. Solicitamos que a Aneel garantisse uma consulta pública, por meio de uma audiência pública, para discutir o assunto, e os consumidores fossem ressarcidos com abatimentos na conta de luz. O processo, a consulta pública já está em andamento, e quem quiser poderá enviar "e-mail" à Aneel solicitando o dinheiro de volta - eu quero meu dinheiro de volta. Já conquistamos muitas vitórias em relação às concessionárias de energia elétrica, principalmente à Cemig. Conseguimos a primeira redução em toda a história da Cemig, 57 anos. A primeira redução foi em 2008, de aproximadamente 17%. Conseguimos impedir que a Cemig colocasse no SPC e no Serasa o nome dos inadimplentes, o que era uma grande injustiça aos consumidores. Conseguimos, pela terceira vez, impedir licitação de aluguel de veículos pela Cemig, aliás com suspeita de irregularidades. Conseguimos suspender R\$147.000.000,00. Para comprar um veículo popular, pagam-se R\$31.000,00, e a Cemig estava alugando por mais de R\$100.000,00. Depois esses valores iriam para a conta de luz, na planilha de custo, para aumentar o valor da tarifa, o que conseguimos impedir.

Neste ano conseguimos uma grande vitória, mais uma redução, a segunda, em toda a história da Cemig, que foi muito importante. Neste ano, 2010, não houve aumento. A conta continua muito cara, mas conseguimos impedir mais um aumento. Depois das nossas campanhas, conseguimos que o valor da conta não fosse dobrado, ou seja, pelo menos 90% de economia aos consumidores. Antes da nossa campanha, a conta de energia aumentava 20%, 23%, 30%; e, depois das nossas campanhas, das mobilizações, de abaixo-assinados, pressão, denúncias, estudos da planilha de custo, ações na Justiça, praticamente não houve aumentos significativos. Houve uma grande redução em 2008, de 17%; e, nos outros anos, o aumento ficou praticamente abaixo da inflação; neste ano houve uma redução. Então, se não fosse a nossa luta, hoje os

consumidores estariam pagando a conta de luz mais cara, em torno de 90%.

Aproximadamente há uma semana, entramos com uma representação no Ministério Público solicitando a imediata suspensão da cobrança, na conta de energia e de telefone, do PIS e da Cofins. Do ponto de vista legal, do ponto de vista jurídico, só empresas poderiam pagar contribuições; não se pode cobrar de pessoas físicas. Portanto, a cobrança é totalmente indevida - já há julgado do STF nesse sentido. Esperamos que a nossa ação seja julgada o mais rápido possível para que as agências Aneel e Anatel tomem iniciativa, porque é de sua responsabilidade, não sejam omissas e suspendam de imediato a cobrança dos tributos federais - PIS e Cofins - da conta de luz. Tenho certeza de que vamos conseguir isso. Aliás, será uma forma de baratear mais um pouco as contas de luz e de telefone, que são caríssimas. E a nossa luta continua principalmente no que diz respeito ao ICMS. Em Minas Gerais, o ICMS na conta de luz é de 42%, o mais caro do Brasil. Não há como comparar, há a cobrança por dentro. Ontem eu conversava sobre esse assunto com o Promotor Antônio Baeta. Ele compreende que há possibilidade de entrar com ação nesse sentido. Se o ICMS é 30%, como se faz uma cobrança por dentro e se chega a 42%? Sempre citamos o exemplo de Tiradentes, que foi esquartejado, pelo quinto da Coroa, por 20%. E hoje só o ICMS da conta de luz é de 42%. É um verdadeiro absurdo, um grande desrespeito aos consumidores de Minas Gerais. Aproveito para cobrar e solicitar alterações principalmente no que diz respeito ao projeto que está tramitando nesta Casa sobre o ICMS do álcool. Foi o primeiro projeto apresentado nesta Casa, de nossa autoria, propondo diminuir o ICMS do álcool para 12%. Hoje ele é de 25% em Minas. Sempre citamos o corriqueiro provérbio de que água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Depois de tanta pressão e mobilização, o Governador mandou um projeto para a Casa, diminuindo o ICMS do álcool de 25% para 23%. Uma diminuição de 2%, portanto quase nada. Vamos votar favoravelmente, mas é muito pouco. Por outro lado, o Governador dá com uma mão e tira com a outra, porque aumenta em 2% o ICMS da gasolina. Praticamente não resolve o problema. Trata-se de uma postura totalmente equivocada. Em São Paulo, quando se diminuiu o ICMS do álcool, muitos não queriam porque consideravam que quebraria o Estado, diminuiria a arrecadação. Ocorreu que houve um aumento de arrecadação do ICMS do álcool em São Paulo em função da diminuição da sonegação e pelo aumento do abastecimento. Aqui ocorreria o mesmo. Um grande número de pessoas, de postos, que estão aliás na ilegalidade, muitas pessoas que residem na divisa de São Paulo, de Goiás, de Vitória e de outros Estados abasteceriam em Minas Gerais. Nosso Estado tem 853 Municípios, portanto com uma dimensão territorial imensa, que faz fronteira com vários Estados cujo ICMS é mais barato. As pessoas transportam o álcool de forma clandestina de lá para cá, até correndo risco, pois o transporte de álcool combustível é feito dentro de galão, de litro, nas caminhonetes. Quem arrecada é o Estado vizinho. Isso ocorre também com o IPVA, que no nosso Estado é mais caro, além de haver aqui a taxa de licenciamento.

Já que estou tratando desse tema, deixo aqui o nosso voto de pesar à família do Zezinho, um grande companheiro nosso da cidade de Uberlândia, cujo pai faleceu. Veio aqui para Belo Horizonte para fazer um transplante, mas infelizmente não resistiu, vindo a falecer. A funerária mandou um veículo de Uberlândia para Belo Horizonte. Quando vimos, a placa era do Estado de Goiás. Por que isso, se a funerária era de Uberlândia? Porque lá o IPVA é muito mais barato, não tem taxa de licenciamento e veículos com mais de 10 anos são isentos. Um grande número de veículos do nosso Estado, inclusive frotas de ônibus de boa parte da cidade, emplacam em outros Estados da Federação, diminuindo a arrecadação. Se diminuíssem o ICMS do álcool, bem como o IPVA, em vez de o Estado perder, arrecadaria muito mais, pois diminuiria a sonegação e muitas pessoas deixariam de abastecer em outros Estados e em postos de gasolinas que funcionam de forma clandestina. Além do que, veículos que emplacam em outros Estados passariam a emplacar aqui, aumentando a arrecadação.

Temos de pontuar que é um absurdo a carga tributária cobrada em nosso Estado não só em relação à energia elétrica, ao ICMS do álcool, à conta de água, que é um verdadeiro absurdo, pois é água a preço de vinho. Costumo dizer que para o brasileiro, para o mineiro, para o pobre, a energia e a água são bens públicos essenciais como o arroz e o feijão. Ninguém vive sem eles. Infelizmente, as tarifas em nosso Estado são totalmente abusivas. É uma grande injustiça. Citarei o exemplo da Copasa, que cobra o valor da taxa de esgoto muito alta e em grande parte das cidades de Minas Gerais ela joga o esgoto direto nos rios, poluindo o meio ambiente.

Não tenho dúvida alguma de que quem mais polui o meio ambiente em nosso Estado hoje é a Copasa. Ela recebe muitos recursos - aliás, as Prefeituras recebem recursos do PAC, do Ministério das Cidades, do governo federal, para o tratamento e o saneamento básico. E, mesmo recebendo os recursos, cobram na conta de água um valor muito alto em relação à taxa de esgoto, um serviço que não é prestado. Realmente isso não é justo. Após muita briga, conseguimos que o governo criasse uma agência para regular o setor. No ano passado, conseguimos impedir o aumento do valor da água da Copasa, e isso foi uma grande vitória. Hoje está acontecendo um seminário sobre esse tema, e temos um grande número de denúncias, que devem ser encaminhadas para a agência que regula o setor. Os Municípios de Minas Gerais estão revoltados com o preço, a qualidade da água e também com a cobrança do serviço não prestado da taxa de esgoto.

Outra campanha que está em andamento diz respeito ao fim da assinatura básica da telefonia - aliás, estamos colhendo assinaturas para um abaixo-assinado. Essa cobrança é totalmente ilegal; aumentou o valor de forma significativa no governo Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de fazer a expansão das redes. Só que as redes de telefonia já estão prontas em nosso país desde 2006, então, se estão prontas, não há mais motivo para continuar com a cobrança. Atualmente o cidadão tem de pagar, todo mês, em torno de R\$50,00 pela assinatura básica. Em nosso país, temos 53 milhões de linhas disponíveis, dos quais menos de 40 milhões estão sendo utilizados. Ou seja, mais de 13 milhões de linhas estão ociosas, porque, a cada dia que passa, as pessoas estão migrando do telefone fixo da assinatura básica para o telefone pré-pago, justamente para ficarem livres dessa cobrança mensal. Apresentamos um projeto nesta Casa semelhante ao que foi aprovado em São Paulo, a fim de acabar com essa assinatura básica. Depois de anos engavetado em Brasília - quase 10 anos -, conseguimos que o projeto fosse retirado da gaveta e que se criasse uma comissão para analisá-lo - o Deputado Federal Elismar Prado faz parte da comissão.

Portanto se trata de um projeto que define o fim da assinatura básica no País. Ele está tramitando há 10 anos e é o projeto que recebeu o maior número de solicitações pela sua aprovação e o maior número de contribuições pela internet, fax e telefone. Repito, ele tem o maior número de solicitações no Brasil pela sua aprovação, mas infelizmente estava engavetado. Lutamos pela sua aprovação em Brasília, mas também temos um projeto, de nossa autoria, tramitando nesta Assembleia, e ainda entramos com uma ação na Justiça para que possamos garantir o fim da assinatura básica. Vamos fazer realmente um grande movimento, uma campanha nacional. Temos todas as condições para acabar com essa assinatura básica, que é uma contribuição totalmente ilegal e inconstitucional. Está aqui a representação que apresentamos na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que já abriu um procedimento investigatório sobre a cobrança do PIS e da Cofins nas contas de telefone e de energia. Ontem, durante a reunião, o Promotor de Justiça Antônio Baeta afirmou que pediu um parecer do Centro de Apoio Técnico do Ministério Público. Fizemos uma representação pedindo a suspensão imediata da cobrança em Minas Gerais, e não só nas contas de energia, mas também nas contas de telefone. Estamos cobrando da Anatel e da Aneel para que se manifestem imediatamente a respeito dessa cobrança ilegal. (- Lê:) "A cobrança do Programa de Integração Social - PIS - e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins -, embutida nas contas de telefônicas e de energia, é indevida, é ilegal. Quem tem de pagar esse tributo é a empresa, e não o consumidor. O repasse, portanto, é indevido, uma prática abusiva. Ainda assim, a Anatel e Aneel a autorizam nas suas contas de telefone, a título desses tributos, que são um verdadeiro absurdo. Nas contas de energia, isso representa em torno de quase 7%." Para finalizar, gostaria de agradecer a todos e de contar com a participação da população, dos Vereadores, das entidades e das igrejas, para acabarmos com essa cobrança do PIS e da Confins nas contas de energia e de telefone.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana. Gostaria de saudar V. Exa., que dirige os Deputados nesta tarde. Caríssimos Deputados e Deputadas, TV Assembleia, meus amigos e minhas amigas, ocupo mais uma vez a tribuna para trazer informações e fazer uma reflexão sobre as boas notícias com que o nosso Sul de Minas vem sendo brindado. Particular e inicialmente, quero falar da minha querida terra, Ouro Fino. Há poucos dias, recebemos o então Presidente do Tribunal de Justiça, caríssimo amigo, Presidente Sérgio Resende, quando lá foi reinaugurar o velho Fórum Júlio Bueno Brandão e inaugurar o novo anexo do fórum da minha comarca, da minha terra natal, Ouro Fino. Trata-se de uma aspiração de longa data da comunidade forense, de todos os advogados e das autoridades constituídas. Na sexta-feira última e na sua última viagem e aparição pública, ele entregou à nossa comarca essa grande obra, calculada em R\$1.800.000,00, oferecendo, assim, conforto para todos os que irão buscar a tutela jurisdicional.

Quero saudar também todo o Poder Judiciário, o Ministério Público e os Poderes Executivo e Legislativo e parabenizar a Câmara Municipal na pessoa do seu Presidente, Sérgio Favilla, e na de todos os Vereadores e Vereadoras, por ter outorgado ao ilustre Presidente do Tribunal, o caríssimo Desembargador Sérgio Resende, o título de Cidadão Honorário de Ouro Fino, como reconhecimento pelos relevantes serviços que prestou à Comarca de Ouro Fino, com o nosso fórum totalmente revitalizado. Hoje o fórum é o cartão postal da nossa cidade. Aliás, quem nos deu notícia disso foi o jornal "Minas Gerais" de ontem, ao falar da beleza arquitetônica do nosso fórum, instalado há mais de 100 anos. Essa reforma deu funcionalidade e carinho para todos os serviços.

Sr. Presidente, quero também destacar, como já foi feito pelo Deputado Carlos Mosconi, a importância da viagem do nosso Governador ao Sul de Minas. Tive o prazer de acompanhá-lo desde Poços de Caldas, participando com ele da entrega do título de Cidadão Honorário de Andradás. Posteriormente, em Santa Rita de Caldas, entregamos o conjunto habitacional. Nessa oportunidade, o Governador também anunciou uma nova obra para Santa Rita, há muito tempo sonhada por toda a comunidade, e agora, na segunda-feira, ela será oficialmente lançada. Estou-me referindo ao "Links Faltantes", que irá fechar o contorno até a MG-455, dando assim condições de trafegabilidade às pessoas que irão usar esse contorno para a cidade de Ibitiúra de Minas e particularmente de Andradás. Sem dúvida alguma, trata-se de uma obra esperada por toda a população e região. Por tudo isso, quero agradecer muito ao eminente Governador, que sempre está na nossa região levando boas notícias para o nosso Sul de Minas.

Também tive o prazer de acompanhá-lo de Santa Rita de Caldas para Caxambu, quando aí entregou à comunidade, ao Município e à região o balneário totalmente revitalizado, com um custo de obra de R\$7.500.000,00, com certeza, primando pelo bom gosto da obra arquitetônica no passado num lugar que era frequentado pela Princesa Isabel. Realmente, é uma obra magnífica. Na oportunidade ouvimos o pronunciamento do Governador manifestando toda a sua alegria e satisfação em interagir nas águas minerais de Caxambu. Aliás, desde 2005, nesta Assembleia Legislativa, a nosso requerimento, instalamos uma comissão especial para tratarmos da revitalização das estâncias hidrominerais. Naquela tarde, antes da inauguração, mostrei ao Governador que, das recomendações que a Assembleia fez - participei de sua relatoria - ao governo do Estado, à Codemig, às secretarias e à Copasa, praticamente todas estavam sendo atendidas com a entrega de uma obra magnífica à comunidade.

Com certeza, vale a pena visitar hoje a estância hidromineral de Caxambu. Hoje mesmo tive o prazer de receber em meu gabinete o Prefeito Dr. Luiz Carlos, que manifestou enorme satisfação por esse evento, quando, em Caxambu, recepcionamos também mais de 30 Prefeitos de toda a região, saudando e agradecendo ao Governador, que entregou as estâncias hidrominerais, como já tem feito. E agora Caxambu é um novo balneário, com todo o equipamento preparado para que turistas de todo o Brasil possam frequentar o local e aproveitar as águas termais do Município. Quero também, em nome do Município e da comunidade de Caxambu e região, agradecer, mais uma vez, ao nosso eminente Governador sua disponibilidade, iniciada pelo Governador Aécio Neves, encerrando-se agora com a entrega oficial dessa magnífica obra para nossa região.

Sr. Presidente, quero também destacar a importância que teve o Sul de Minas, na semana passada, mais propriamente na cidade de Jacutinga, que realizou a XXXIII Festimalha, um evento extraordinário que reuniu mais de 30 mil turistas, que conheceram as maravilhas das malharias que temos nessa cidade. Na ocasião, graças à Acija, por intermédio do Presidente Dênys Bandeira e do Prefeito Darci Cardoso, a Câmara Municipal expôs uma feira nunca vista e projetada para receber tantos turistas. Outro exemplo é Inconfidentes, onde tivemos uma feira extraordinária, a Colchamaldas, em que se pôde constatar a participação não somente de Minas, mas de turistas de toda parte.

Tanto Jacutinga quanto Inconfidentes, no último final de semana, recepcionaram turistas de todas as partes, que foram conhecer as belezas do crochê, das malharias. Nossos empresários são geradores de emprego e renda, garantindo a sustentabilidade e a competitividade das nossas malharias e de todos os que fazem o desenvolvimento da nossa região.

Parabenizo o caríssimo Prefeito Dr. Jorge Mohallem e o Secretário de Agricultura do Município de Itajubá, Emílio, pela realização da feira agropecuária do Município. Tive o prazer de estar lá no início da abertura da feira e verificamos a beleza e o aprimoramento de toda a sua realização, que contou com a participação efetiva de todo o comércio, indústria e agricultura, resgatando em Itajubá o que não havia faz muito tempo, que é a realização dessa feira, que garante o desenvolvimento do homem da terra e reafirma também, por que não dizer, o polo desenvolvimentista que é o Município de Itajubá e toda a região. Também acompanhamos muitas pessoas e cantores que lá estiveram durante toda a semana com "shows" e entretenimento. Destacamos principalmente o bem-estar que reinou durante uma semana no Município de Itajubá.

Sr. Presidente, quero agradecer ao nosso Governador Anastasia porque na próxima segunda-feira, às 10 horas da manhã, no Palácio Tiradentes, ele fará o lançamento do programa Links Faltantes. Fico muito feliz quando verifico a pavimentação de um, dois ou três trechos, mas quero destacar dois pelos quais trabalho desde longa data, a exemplo de Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal. Teremos a garantia da execução dessa obra sonhada por todos os moradores, alunos e universitários de nossa região de Jacutinga, Ouro Fino, Espírito Santo do Pinhal, pois o asfaltamento desse pequeno trecho é um sonho, um resgate.

É um sonho, um resgate o asfaltamento desse pequeno trecho. Aliás, estamos sendo beneficiados de Jacutinga a Albertina, pelo Processo, e agora de Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal, pelo Links Faltantes. Temos também a ligação de Luminárias a São Bento do Abade - também um sonho de toda a comunidade -, permitindo que todas as pessoas desçam pela Rodovia Fernão Dias, pela via de Três Corações, trazendo assim desenvolvimento a toda a região.

São essas as considerações. Agradecemos, como sempre, ao nosso Governador, Prof. Anastasia, pela constante presença em nossa região, pela atenção dispensada aos nossos pleitos, formulados por nossa gente, pelos nossos Municípios. Temos certeza de que, neste momento, o Links Faltantes garantirá trabalho, renda e produção na nossa região Sul de Minas, assim como em tantas outras regiões beneficiadas.

Mais uma vez, parabenizo o Deputado Doutor Viana e lhe agradeço o espaço que ocupamos na tribuna, na tarde de hoje, para agradecer, testemunhar e refletir sobre a importância que tem tido nosso Sul de Minas no desenvolvimento do Estado e do País. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/6/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Josiane Míriam de Souza Ribeiro do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Sinval Tolentino Tiago para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 31/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 29/06/2010, às 10 horas, Pregão Eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de assinaturas de jornais.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio à Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maxsys Brasil Comércio e Serviços Ltda. Objeto: locação de duas copadoras impressoras a "laser/led", inclusa a prestação de manutenções preventiva e corretiva, fornecimento de insumos (exceto grampo e papel) e peças de reposição. Objeto deste aditamento: 4ª prorrogação do Contrato nº 85/2006, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses a partir de 20/7/2010. Dotação: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90 - 10.1.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços gerais de vigia nas dependências da contratante. Objeto deste aditamento: acréscimo do objeto do contrato, com a inserção de um vigia diurno (acréscimo percentual de 7,83%). Vigência: a partir da assinatura até 16/7/2010. Dotação: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90 - 10.1.

ERRATA

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/6/2010

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 12/6/2010, na pág. 71, col. 1, sob o título "Leitura de Comunicações", na linha 19, onde se lê:

"dos Projetos de Lei nºs 4.422/2010, do Deputado Padre João", leia-se:

"dos Projetos de Lei nºs 4.422/2010, do Deputado Padre João, com a Emenda nº 1;"